

Capítulo 77 - DOI:10.55232/10830012.77

A IMPLEMENTAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Thayla da Silva de Oliveira e Mani Tebet Azevedo de Marins

Conforme a definição dada pela Caixa Econômica Federal em seu site, o Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda que tem por proposta superar a situação de vulnerabilidade social na qual muitas famílias brasileiras se encontram. Sabendo que os beneficiários do programa são, em sua maioria, mulheres pobres, negras e mães solteiras, e dado o aumento de solicitações do benefício nos municípios da Baixada Fluminense nos últimos anos, esta pesquisa tem como objetivo investigar a produção de estigmas acerca da figura dessas beneficiárias e a relação das mesmas com os agentes públicos – assistentes sociais, professores e agentes de saúde – e a comunidade local não-beneficiária. Para isso, utilizamo-nos de recursos quanti e qualitativos, começando por um levantamento bibliográfico acerca das temáticas de políticas públicas e interseccionalidade, conceito que, pretendendo dar conta do imbricamento entre classe, gênero e raça, nos permite pensar a construção de estigmas a partir de um possível tratamento discriminatório dos agentes públicos. Em seguida, realizamos entrevistas com mães beneficiárias e agentes públicos locais. Nossa primeira conclusão diz respeito à autopercepção das beneficiárias. Para as mães que se encontravam desempregadas, a falta de escolaridade é o maior obstáculo na busca por emprego e, conseqüentemente, na obtenção de uma renda fixa. Apesar da condição de vulnerabilidade, muitas delas não se consideram pobres por possuírem um lugar para morar com seus filhos e terem condições físicas – em termos de saúde e bem estar – de trabalhar, o que aparece como uma vantagem em relação a indivíduos mais vulneráveis. Com relação ao Programa Bolsa Família, há expressivo descontentamento quanto a falta de averiguação da renda das solicitantes e dos critérios que estipulam o valor do benefício, pois muitas mulheres recebem valores altos sem haver uma “real necessidade”. Aqui observamos que critérios morais em torno das noções de merecimento e meritocracia são comuns entre as beneficiárias. Quanto aos agentes públicos, é no ambiente escolar que vimos a construção de estigmas com mais clareza. Segundo as professoras, parte majoritária das crianças beneficiárias do Bolsa Família chegam à escola doentes, sem banho, com roupas sujas e sem material escolar ao passo em que suas mães aparecem bem vestidas. A conclusão tirada por elas é que o dinheiro recebido pelo Programa era usado em benefício das próprias mães e não das crianças. Além disso, todas vêem o programa como uma jogada política que visa o alcance de votos e não a melhoria de vida das famílias carentes, pois além da falta de fiscalização da situação da criança, os responsáveis não são encaminhados para empregos e/ou cursos de capacitação. Assim, verificamos que, embora sejam observadas defasagens no programa por essas agentes, a falta de recursos materiais e financeiros não é vista como uma possível justificativa para a forma como as crianças se apresentam na escola, tampouco as falhas do Bolsa Família. Ao invés da responsabilização do Estado que não cumpre sua promessa de superação da pobreza, deparamo-nos com a

responsabilização e estigmatização das beneficiárias enquanto mães imprudentes e desajuizadas.

Palavras-chave: Bolsa Família, Estigmatização, Pobreza

Referências Bibliográficas:

COLLINS, Patricia Hill. “Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?”. Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. University of Chicago Legal Forum, 1989, pp. 139-167.